



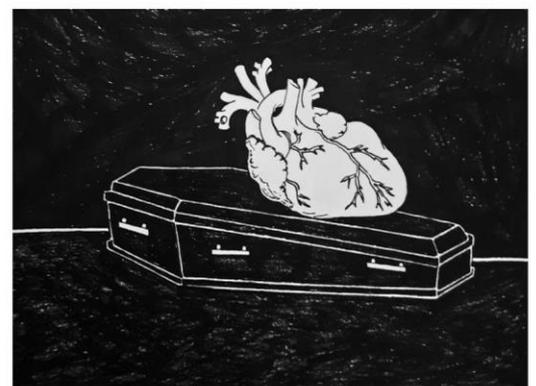
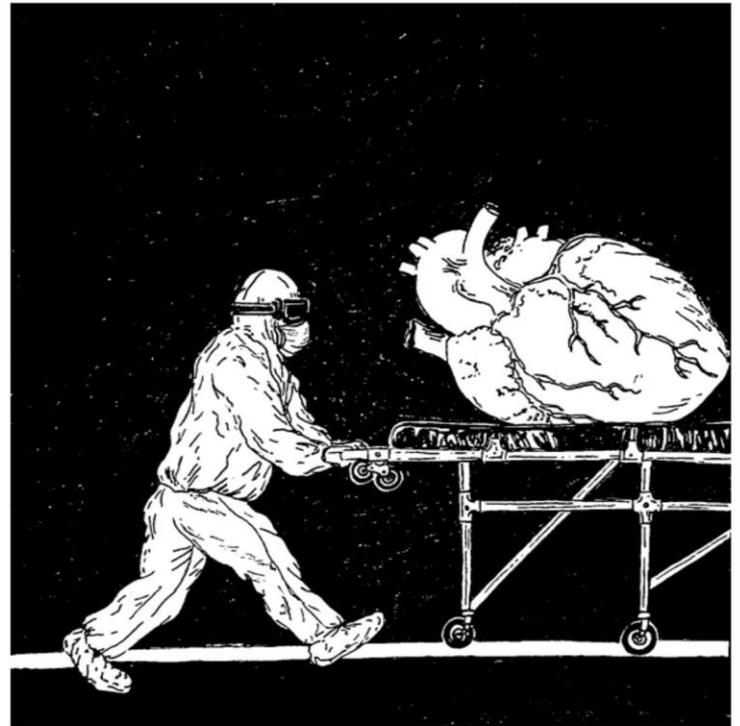
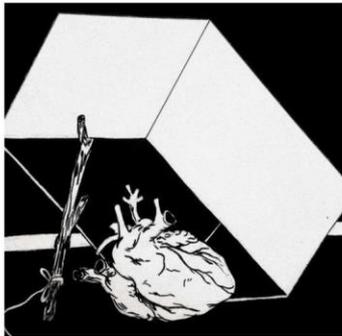
REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS
VOL. 07, Nº 01 - 1º SEMESTRE - 2022

ISSN 2448-1793

NOSSOS

DOSSÊ
**Epidemias
no Brasil**
cultura e estética
das doenças



O VARAL DA HISTÓRIA I OU UMA HISTÓRIA ATRAVÉS DE SUAS IMAGENS: LUTA DE ITAPURANGA PELA SAÚDE COMUNITÁRIA (1977–1984)

CLOTHESLINE OF HISTORY I OR A HISTORY THROUGH ITS IMAGES:
ITAPURANGA'S FIGHT FOR COMMUNITY HEALTH (1977-1984)

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6954714>

Envio: 01/07/2022 ♦ Aceite: 18/07/2022

Eduardo Sugizaki



Natural de Maringá/PR; Mestre em Filosofia; Doutor em História pela UFG; Doutor em Filosofia pela Universidade da Picardia Júlio Verne/França. Pós-doutor em Filosofia UNIFESP; Docente no PPG História da PUC Goiás e líder do Grupo de Pesquisa La Folie/CNPq. Autor de “A doença de Carrión - Uma história dos limites do conhecimento clínico (1842-1913)”.

Valtuir Moreira da Silva



Nascido em 1969, Itapuranga-GO. Doutor em História pela Universidade de Brasília (2007), Mestre em História pela UFG (2001); atualmente realiza Estágio Pós-Doutoral na PUC Goiás. É autor dos livros: “História Agrária em Goiás”, AGEPEL/UEG, 2002; e de “Itapuranga e a (Re)Invenção da História”, Ed. Vieira, 2008. É atual Vice-Presidente da Associação Nacional de História Seção Goiás – ANPUH GO.

RESUMO

O presente artigo pretende aprofundar a narrativa histórica sobre a luta pela saúde pública no Município de Itapuranga – Goiás, empreendida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, entre os anos de 1977 e 1984, em torno do Hospital do FUNRURAL, transformado em Hospital do STR de Itapuranga. Retoma-se, revisa-se e aprofunda-se o conhecimento dos trabalhos historiográficos já realizados, através de uma retomada das fontes historiográficas. Procura-se dialetizar a análise onde isso apareceu como ainda insuficiente, e ampliar a perspectiva da narrativa em relação ao Estado de Goiás, ao país. A ótica adotada foi a da organização popular através do movimento sindical rural.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública; Movimento popular rural; Sindicalismo rural.

ABSTRACT

This article intends to deepen the historical narrative about the struggle for public health in the Municipality of Itapuranga - Goiás, undertaken by the Union of Rural Workers of that municipality, between 1977 and 1984, around the Hospital do FUNRURAL, transformed into a Hospital from the STR of Itapuranga. The knowledge of the historiographical works already carried out is resumed, revised and deepened, through a resumption of historiographical sources. It seeks to dialect the analysis where it appeared as still insufficient, and to broaden the perspective of the narrative in relation to the State of Goiás, to the country. The approach adopted was that of popular organization through the rural trade union movement.

KEYWORDS: Public health; Rural popular movement; Rural unionism.

VARAL DE HISTÓRIA, AS IMAGENS QUE INTRODUZEM A LUTA

A foto a seguir foi tirada por alguém do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itapuranga, que também participava do movimento no grupo dos acampados na frente da sede do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS em Goiânia, em agosto/setembro de 1986.



Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, s/data; s/autor.

Vê-se que os trabalhadores estão sentados em torno de um poste de metálico que foi utilizado por eles para esticar barbantes como varal de sustentação de uma faixa confeccionada com as folhas de que se dispunha. Na faixa superior, letras pequenas para serem lidas a poucos metros de distância. Na faixa inferior, letras grandes que podem ser lidas pelos motoristas de veículos e transeuntes entre 50 e 200 metros de distância. Tratam-se, portanto, de faixas de comunicação visual dos trabalhadores de Itapuranga com a população de Goiânia para explicar as razões da manifestação.

A seguir, duas fotos sobrepostas permitem ver os dizeres das faixas.



Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, s/data; s/autor.
 Aparece como ilustração em SILVA, 2007, p. 101.

É bastante visível que na imagem acima há duas fotos levemente sobrepostas. Elas deveriam, entretanto, ser colocadas em continuidade horizontal porque esta era a distribuição real das imagens, como se vê na primeira desta série de três fotos da mesma ocasião. Embora o autor das três fotos tenha permanecido anônimo, provavelmente a mesma pessoa fez as três fotos acima, sendo integrante do próprio movimento dos trabalhadores. Lamentavelmente, não foi possível o acesso às fotos originais onde esta sobreposição das últimas duas fotos não existia. A montagem é uma digitalização das fotos primitivas realizada, provavelmente, já na década de 2000.

Destacamos essas fotos porque são muito emblemáticas para introduzir o nosso assunto. Em primeiro lugar, elas testemunham um momento importante de uma luta social cuja imagem envidou esforços de sua preservação até nossos dias.

Em segundo lugar, elas mostram a centralidade consciente que a narrativa da história da luta tem para o movimento dos trabalhadores. Essa narrativa tem, por sua própria existência, dois destinatários. O primeiro é o Outro: são as autoridades do Estado, mas também são diretamente os transeuntes que leem as faixas, como que representantes do conjunto da sociedade goiana. O segundo destinatário é o Si: de certa forma, narrar a história é uma forma de educar o próprio movimento, dotando todos os seus participantes de uma recordação viva dos passos da luta.

A tradição oral dentro do espaço sindical em Itapuranga chama essa atividade fotografada aí de “varal de história”. Não se sabe quem inventou o nome. O importante é que se trata de uma invenção popular de comunicação com as pessoas circulantes pelo local do ato de manifestação pública da luta popular. Declara-se a luta dos itapuranguenses que vieram à Capital, Goiânia, reivindicar pela saúde pública.

Acreditamos que, em termos teóricos, trata-se de parte da vida da contra-história em Goiás. Assim, faz-se a luta ou enfrenta-se a própria contradição econômica, social e cultural pelo uso da narrativa da história, fazendo-se dela um elemento partícipe fundamental do embate presente, enquanto mobiliza os lutadores pela educação da classe ou da raça quanto aos seus interesses e quanto às opressões, espoliações e mortes de que é vítima: a narrativa da história como arma discursiva na história presente (SUGIZAKI, 2013).

O nosso objetivo com o presente artigo é começar uma retomada da narrativa dessa luta para o aprofundamento de uma pesquisa apenas iniciada há alguns anos. Uma primeira síntese global e contextual, que serve de base e orientação, foi empreendida por um dos autores (SILVA, 2001, pp. 111-165). Aqui, fontes já conhecidas e novas fontes obtidas serão reestudadas para uma narrativa adensada e a mais detalhada possível de um processo histórico rico em matéria de ensino de luta, seja pelo que se empreendeu de vitorioso e que é necessário sempre reativar no presente para impulsionar a atuação nele, seja pelas derrotas com as quais só se aprende pela operação de uma crítica eficaz.

Uma das vitórias decorrentes dessa luta que será aqui narrada é a existência atual da Feira da Produção Agrícola Familiar de Itapuranga, que acontece semanalmente na cidade e foi objeto de um estudo nosso recente (SILVA e SUGIZAKI, 2020), embora ainda falte construir historiograficamente os detalhes dos laços que ligam o passado que aqui será narrado a essa vitória do presente. Uma tarefa que pretendemos empreender em outra ocasião.

A história parcial a que aqui nos dedicaremos é a do Hospital do FUNRUAL de Itapuranga. Essa instituição foi chamada, durante o período da sua história que enfocaremos, de Hospital do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itapuranga. A partir de 1987, ele passou a ser chamado de Santa Casa do Povo de Itapuranga. Atualmente, o Hospital encontra-se funcionando, mas não mais como pertencente à luta comunitária. Seus atendimentos particulares, pois não são possíveis convênios com o Estado (em suas três esferas) em decorrência da entidade mantenedora – Associação Popular de Saúde (APSI) – não estar possuir documentações necessárias para tanto. Seu prédio e terreno estão *sub judice*, enquanto esses bens respondem por dívidas contraídas pela sua instituição mantenedora, e aguardam decisão judicial para leilão. Nesse sentido, a história completa desse foco concreto de luta pela saúde pública por parte do povo de Itapuranga resulta em flagrante derrota, com a qual também seria necessário aprender e reunir elementos de novo impulso para as lutas populares.

As fotos do varal de história foram tiradas no meio do percurso. Em 1986, os trabalhadores vieram a Goiânia para reivindicar em favor do Hospital do STR a liberação

de uma alíquota da saúde pública do Governo Federal praticada naquela época, as Ações Integradas de Saúde (AI), que nunca foram concedidas ao STR. Essa luta, como mostra o varal de história, começara em 1985, e tinha por alvo o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), criado em 1977, o órgão executor das AI.

O nosso problema, no presente artigo, é tentar detalhar a história de como um STR chegou a possuir um hospital e de que maneira se começou a organizar uma luta sindical que deságua nessa luta aí fotografada, que foi a luta pelas AI, cujo fracasso vai levar à perda do Hospital como espaço da luta popular. Trata-se, portanto, de começar a tornar essas fotos inteligíveis no nosso presente, quando aquele passado ameaça perder uma inteligibilidade possível, em nosso presente.

Assim, nossa narrativa, aqui, vai se estender de 1977 até 1984, que foi o primeiro período da luta sindical pela saúde comunitária através da posse de um Hospital próprio, até antes do início das lutas pelas AI, que começam em 1985. O marco de 1977 foi adotado porque é o ano da vitória da oposição sindical no STR de Itapuranga, que detonará essa via de luta pela saúde pública na cidade pelo viés da institucionalidade sindical.

Antes disso, entretanto, será preciso traçar um pequeno quadro preliminar sobre o estado dos aparelhos de saúde na cidade de Itapuranga em 1977, quando a luta da oposição sindical é deflagrada.

ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 1970, A COMPLETA AUSÊNCIA DA SAÚDE PÚBLICA

Até antes de 1978, a vida do povo de Itapuranga era muito difícil porque não havia na cidade acesso à saúde pública. A comunidade municipal era basicamente constituída de trabalhadores rurais, já que a grande maioria da população itapuranguense vivia na área rural, sobretudo constituindo-se em pequenas propriedades rurais de agricultura familiar de subsistência e comercialização dos excedentes (SILVA, 2001, p. 113). Com a demanda por serviços de saúde e a inexistência de aparelho de Estado, a iniciativa privada tomou conta da praça.

A primeira entidade hospitalar de Itapuranga foi o Hospital Cunha Lima, que havia sido fundado pelo próprio Dr. Cunha Lima, proveniente de São Gotardo (MG), na década de 1950. O hospital atendia somente como entidade privada. Sendo o único aparelho de saúde do município para uma população que vivia, naquele tempo, quase toda ela no campo, esse hospital ficou em funcionamento até o ano do Golpe Militar.

A partir de 1966 começaram a funcionar mais dois hospitais em Itapuranga: Hospital Santa Mônica e Hospital São Sebastião, ambos por iniciativa privada por parte de médicos que instalaram no município e os construíram. No ano de 1967, surge outro hospital privado na cidade, o São Francisco. O último fechou suas portas no ano de 2012.

O Hospital Santa Mônica foi fundado pelo Dr. Antônio Pinheiro, e estabelecido no Setor São Sebastião do Xixá. Funcionou até 1986 sob a direção do mesmo médico, sempre como entidade privada e todos os atendimentos eram particulares.

Informações orais concedidas aos autores pela Dra. Norma Andrade Camargo¹, primeira biomédica do Hospital São Francisco, é possível recuperar traços imagéticos do que era a vida da população de Itapuranga em matéria de saúde, na década de 1970.

O Hospital São Francisco foi fundado pelo Dr. Wagner Camargo e sua esposa, a Dra. Norma, nossa depoente já citada, responsável pelo laboratório do hospital. Wagner Camargo, desde 1959, atuava como médico em hospital de sua propriedade em Uruana, onde residia. A partir de 1963, começou a percorrer os 30 Km que o separavam de Itapuranga, dois dias por semana, terças e sextas-feiras. As consultas eram comprimidas no período vespertino, de maneira que pudesse voltar à sua unidade hospitalar em Uruana, para fazer alguns procedimentos cirúrgicos agendados.

Dr. Wagner atendia em uma casa no Bairro do Xixazão, alugada de um dos pioneiros da cidade, José Jovelino. Justamente pela situação de serviços de saúde insuficientes na cidade, Dr. Wagner vendeu o seu Hospital em Uruana e mudou-se para Itapuranga em 1967, passando a trabalhar inicialmente para o Hospital São Sebastião. Mas, em julho do mesmo ano, ele deixa o Hospital São Sebastião, aluga a metade da Pensão da Dona Preta, na época conhecida como Hotel dos Viajantes, para usar os

¹ O depoimento foi colhido em 24 de fevereiro de 2021, pouco tempo antes da chegada da chegada da pandemia de Covid à cidade. A ela o nosso agradecimento pelas informações oferecidas.

quartos dos hóspedes como leitos. Adaptações nos espaços da pensão foram feitas para instalar um centro cirúrgico. A alimentação dos pacientes, a custo privado, ficava por conta dos serviços da Pensão da Dona Preta.

As coisas seguiram assim até os primeiros anos da década de 1980, quando o casal Camargo construiu sede própria do Hospital São Francisco, ainda hoje ativa, no mesmo local, no Centro da cidade.

Nessa situação, é possível compreender a queixa do povo que ganhou expressão num trecho do Boletim da Diocese de Goiás, cuja data não foi possível estabelecer com mais exatidão além de se saber que pertence ao final da década de 1970.

De posse dessas informações preliminares, vamos trazer ao leitor algumas imagens do arquivo para, em seguida, tentar explicá-las com os dados de que dispomos.

EM ITAPURANGA NÃO TEM
ATENDIMENTO PELO INPS

Todo o pessoal que quer tratar pelo INPS em Itapuranga, tem que ir à Goiânia, Ceres ou Goiás, porque nenhum dos 4 hospitais da cidade tem convênio com o INPS.

Sabe-se que tempos atrás os próprios médicos dos hospitais, uniram-se para não aceitar convênio com o INPS, visando seu lucro no atendimento particular forçado por esta situação.

Isto está se tornando um caso muito grave, porque o povo não tem nem dinheiro para comprar os remédios, como é que vai pagar passagem para ir consultar em outra cidade?

O Posto de saúde que poderia quebrar o galho, não funciona como deveria ser.

O povo está se reunindo para tomar providências. Através de um grupo de jovens está fazendo levantamento para ver quantas pessoas descontam o INPS e querem o atendimento na cidade.

Quando terminar o levantamento o povo vai pensar que atitude tomar para exigir mais esse direito que lhe está sendo tomado.

Recorte do Boletim da Diocese de Goiás, Ano XII, dezembro de 1979, n. 108.

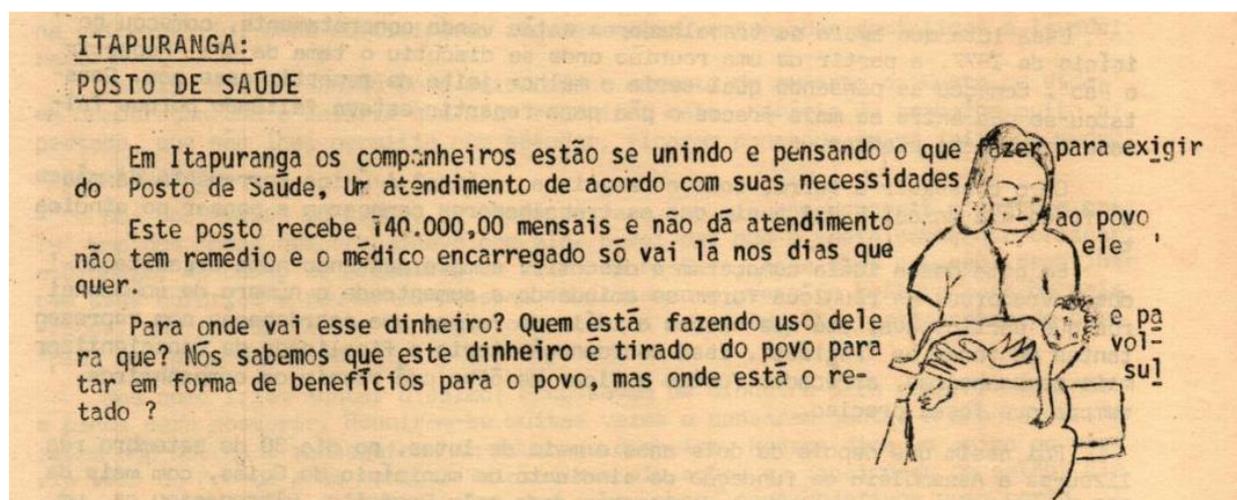
Desse recorte de documento da época, é relevante sobretudo a informação de que os médicos da cidade se uniram para não aceitar o convênio com o INPS. Reflexo do abandono da saúde da população pobre por parte da governança do Estado, durante o Regime Militar, a cidade de Itapuranga foi disputada pela iniciativa privada dos hospitais da cidade: o Cunha Lima, o Santa Mônica, o São Sebastião e o São Francisco. Embora a existência deles todos não seja simultânea no tempo, isso não destitui nem altera o valor

da análise do Boletim: a iniciativa privada se mancomunava contra a existência de aparelho próprio da saúde pública.

O levantamento de informações preliminares, entretanto, permite um refinamento da análise do Boletim, quando ele afirma: “Sabe-se que tempos atrás os próprios médicos dos hospitais uniram-se para não aceitar convênio com o INPS”. A categoria “médicos dos hospitais” aqui é um abreviamento compreensível pelo contexto. Os médicos eram donos dos hospitais e, nesse sentido, pequenos capitalistas da área da saúde. Não se tratava de médicos trabalhadores da saúde porque essa figura social e econômica só vai existir em Itapuranga na próxima fase histórica, que se vai apresentar na sequência e vai desempenhar um papel contraditório com os médicos proprietários de hospitais, acima denunciados pelo Boletim da Diocese de Goiás.

Sabe-se que as coisas não se passam em Itapuranga de maneira isolada. O pequeno capitalista de Itapuranga agia segundo a mesma lógica do capitalista das cidades metropolitanas: há uma contradição entre a penetração do serviço público de saúde e os interesses de reprodução do capital que tem soluções diferentes, conforme as situações. Não se trata, portanto, de culpabilizar sujeitos individuais, mas refletir sobre a lógica do capitalismo na concreção de um recorte histórico bem definido.

Sobre o juízo da reportagem, “O Posto de saúde que poderia quebrar o galho, não funciona como deveria ser”, há outra matéria, também do Boletim da Diocese de Goiás do ano de 1979, que esclarece muito bem o que se passava com este minúsculo serviço público em relação à demanda da população.



Recorte de Boletim da Diocese de Goiás, Ano XII, out. 1979, n. 107, p. 7.

Quanto à denúncia “o médico encarregado só vai lá [no Posto de Saúde] nos dias que ele quer”, trata-se de prática das mais conhecidas nacionalmente, justamente pela contradição que já está dada na própria descrição da história dos hospitais da cidade, acima apresentados, realidade análoga ao resto do país, o médico divide seu tempo entre o atendimento público e o privado. O caso de Itapuranga apresenta-se agravado porque não encontramos nenhum indício ou probabilidade de que o médico do Posto de Saúde fosse residente na cidade.

Sobre o problema acima, é preciso considerar que, se a governança do Estado está sob o controle do capital, em diferentes esferas do Estado, a fiscalização do serviço público faz-se relapsa em favor dos interesses privados em detrimento dos interesses comunitários.

Atualmente, a plataforma ideológica do neoliberalismo manda utilizar esse tipo de queixa contra o serviço público para privatizar os aparelhos de Estado ou para entregar a sua administração à iniciativa privada, as chamadas Organizações Sociais (O.S.) e outras formas de submeter os aparelhos de Estado ao interesse financeiro direto das empresas capitalistas.

Nessa conjuntura, “os mini e pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, peões e agregados que não tinham como pagar as consultas nos hospitais particulares” (SILVA, 2001, p. 115). Segundo o depoimento de José Augusto Caixeta, “A gente fazia grandes colheitas e acabava que um simples internamento da pessoa da família o dinheiro ia tudo, embora ficava tudo no hospital particular” (SILVA, 2001, p. 116). Por isso: “Não ser atendido nos [...] hospitais particulares de Itapuranga já era uma constante, tanto para os trabalhadores rurais quanto para os pobres da cidade” (SILVA, 2001, p. 115).

Havia um agravante nessa situação. Os tratamentos de maior envergadura nos hospitais privados, sobretudo as internações, deviam ser precedidos de um depósito calção ou por assinatura de avalista no contrato da prestação de serviço (SILVA, 2001, p. 117). Mas o primeiro recorte do Boletim da Diocese já denunciava: o povo mal tinha o dinheiro para comprar os remédios. Isso a classe trabalhadora tem de graça e por conta do Estado num país central do capitalismo imperialista como na França.

O varal da história...

Daí que a matéria do Boletim da Diocese acima afixada declare que “Todo o pessoal que quer tratar pelo INPS em Itapuranga tem que ir à Goiânia, Ceres ou Goiás, porque nenhum dos 4 hospitais da cidade tem convênio com INPS”. Compreende-se que, na falta do recurso para calção ou na possibilidade de ela esvaziar as reservas da família e deixar o futuro do tratamento na completa insegurança, os familiares do doente optassem por empreender viagem com ele para que fosse tratado por serviço público em lugar onde ele existia: Ceres, a 68 Km de Itapuranga; Goiás, a 52 Km; ou Goiânia, a 143 Km. Teoricamente, parece simples. Mas o povo da roça, nas décadas de 1970 e 1980, não tinha automóvel próprio. Ademais, como resolver as urgências em distâncias como essas?

O percurso dessa distância, a hospedagem e a alimentação na outra cidade eram custeadas pela família do doente. A época em que o Ministério da Saúde vai investir no programa Tratamento Fora de Domicílio será posterior diz respeito à implantação dos direitos conquistados na Constituição de 1988 (SUGIZAKI; ARAÚJO, 2022).

Os problemas de saúde tornaram-se, dessa forma, razão de empobrecimento dos trabalhadores rurais, que tinham que vender seus animais, sua produção e sua terra, para salvar a vida de um membro da família. A falta da saúde pública, ao gerar a perda da posse da terra, atuava como motor de êxodo rural e viabilizava a concentração fundiária.

O caráter eminentemente rural da cidade de Itapuranga, nesse período, entretanto precisa reter a nossa atenção para a devida compreensão do que se passava. Um trecho do Boletim da Diocese de Goiás acima afixado, narra que “O povo está se reunindo para tomar providências. Através de um grupo de jovens está fazendo levantamento para ver quantas pessoas descontam o INPS e querem o atendimento na cidade”. Trata-se de uma ação que envolve o município, o campo e a cidade. O serviço privado de saúde não faz diferença entre o trabalhador rural e o morador da cidade, ambos têm de pagar a consulta, de entrar com o depósito calção ou assinatura de avalista em contrato de prestação de serviços. Assim, a luta pela saúde pública unia a grande população rural à pequena população urbana, mas essa era também

parcialmente rural, na medida em que parte da família residia no campo ou a família era produtora rural residente na cidade.

A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO SINDICAL E ABERTURA DO HOSPITAL DO STR DE ITAPURANGA

Uma possível inflexão nessa história poderia ter sido dada pela fundação do STR de Itapuranga em 1972, mas a gestão da diretoria “não veio ao encontro dos anseios dos trabalhadores” (SILVA, 2001, p. 117). No lugar disso, a mudança veio no final da década, graças à vitória, em 1977, do grupo de oposição sindical (SILVA, 2007, p. 27), que dá uma guinada completa na linha de ação política do STR de Itapuranga. (SILVA, 2001, p. 68).

Porém, antes de narrarmos a virada política no STR, há um elemento que precisa de um lugar específico nessa história, o “Hospital do FUNRUAL”. Bem nesse final da década de 1970, o Governo do Regime da Ditadura Militar estava tentando fazer frente aos movimentos sociais no campo. Buscava atrelar os STR das regiões de conflito social no campo, através de uma forma de aparelhamento para desvio do significado de luta de classe do sindicalismo. Tratava-se de encarregar o sindicalismo rural de um serviço de saúde pública que apartasse os trabalhadores do campo em relação aos da cidade. Os primeiros seriam atendidos pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, os últimos do serviço prestado pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.

Nesse período, segundo Silva (2001, p. 124), várias cidades de Goiás foram contempladas com a construções de Hospitais do FUNRUAL que foram entregues à administração dos STR, particularmente “nas regiões em que se encontravam focos de resistência do trabalhador rural”. Que os objetivos do Regime Militar era o esvaziamento, a desarticulação e desmobilização da capacidade reivindicatória e combativa dos sindicatos, isso já está claro para a historiografia goiana desde o final da

década de 1990,² como de resto para as pessoas mais lúcidas e ainda vivas do movimento social daquela época, como Dona Maria Perpétua Gontijo, que avaliou retrospectivamente a entrega do Governo Federal dos Hospitais do FUNRURAL para a administração dos STR como uma artimanha: ao “tomar conta dos hospitais, eles deixam a luta sindical, a luta pela terra, a luta pelos direitos” (SILVA, 2001, p. 125).

Itapuranga também ganhou o seu Hospital do FUNRURAL. Ele havia sido construído em um terreno adquirido pelo STR. Mas a construção do hospital foi feita com os recursos da União, através do FUNRURAL. Por razões que ainda não foram investigadas, esse Hospital já estava construído em 1977 e nunca havia funcionado antes de 1978. Através de uma matéria do Diário da Manhã (Goiânia, 30/03/80, p. 11), ficamos sabendo que a gestão do STR durante a qual o Hospital do FUNRURAL foi construído, muito provavelmente, foi a do Sr. Hugo Coelho, que era o presidente do STR em 1977.

O fato é que a nova diretoria do STR toma a luta pela abertura do Hospital como prioritária, tão logo toma posse: “logo após a construção do Hospital do FUNRURAL em Itapuranga, nenhum paciente foi atendido. O atendimento somente aconteceu quando o hospital passou a ser coordenado e gerenciado pelos trabalhadores rurais”. (SILVA, 2001, pp. 124-126). Ora, isso ocorre no começo de 1978.



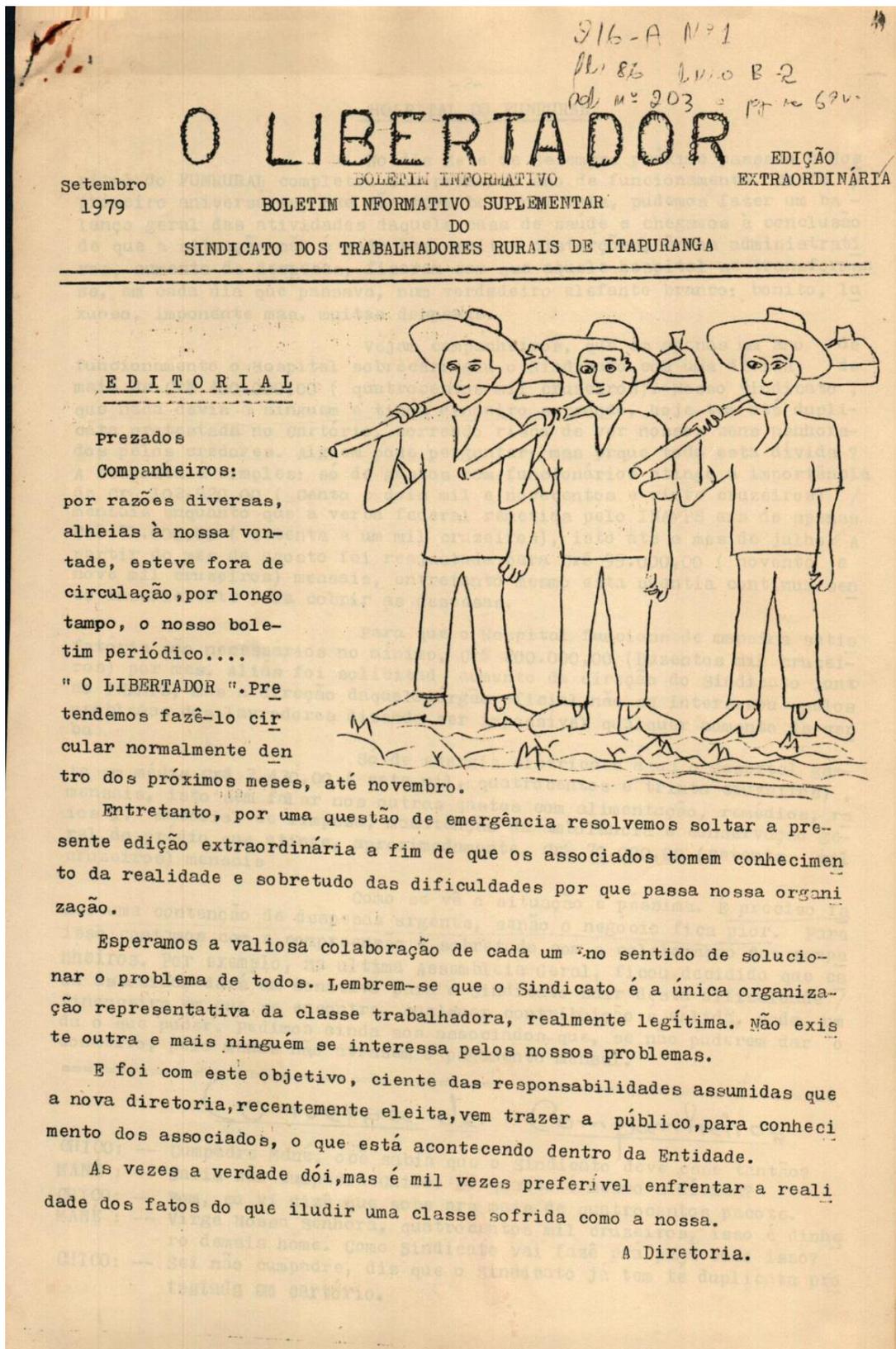
Foto da posse da chapa de oposição do STR de Itapuranga, início de 1978, do arquivo pessoal de João Benfica (o novo presidente, e que assina a ata de posse, ao lado do Sr. Tavares).

² ACEVEDO, R. E. M., GUERRA, G. Trabalhadores rurais: a cidadania via seguridade social. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura – Associação PIPSA. (Apud: PESSOA, 1999, p. 71; SILVA, 2001, p. 125).

É possível conjecturar que o Hospital do FUNRURAL construído, mas até então fechado, tenha sido uma das razões da virada na linha política no STR de Itapuranga. Era uma chapa de oposição liderada por João Benfica (SILVA, 2001, pp. 66-179). A enorme demanda por saúde pública na cidade devia contrastar com a existência de um aparelho de saúde do Estado indisponível para a população por falta de agilidade política e administrativa da entidade representativa dos trabalhadores.

Segundo Silva (2001, p. 126), começa a partir de 1978 uma luta que vai se estender até 1987, que será a luta pela sobrevivência econômica do Hospital do FUNRURAL, e que “passou a ser um ponto de referência da mobilização popular no município”. Parece que esse juízo precisa ser melhor explicitado. A luta pelas condições de funcionamento passou a ser o ponto de convergência dos interesses populares mais prementes e uniu em torno de si toda a população rural e urbana que tinha dificuldade em assumir os custos da saúde privada ou que, simplesmente, tinha interesse que o município tivesse um aparelho de saúde pública.

Considerando o fato de que a virada de 1978, com o início das atividades da nova diretoria no STR, representa um marco histórico decisivo na presente narrativa, vamos agregar aqui uma imagem significativa. A foto da capa do Boletim O Libertador de setembro de 1978, que contém a parte mais teórica da plataforma política da diretoria liderada por João Benfica, após o que o passo seguinte será justamente caracterizar o período de lutas pela manutenção do Hospital do FUNRURAL, de maneira a tornar compreensíveis as fotos alocadas na introdução do presente artigo.

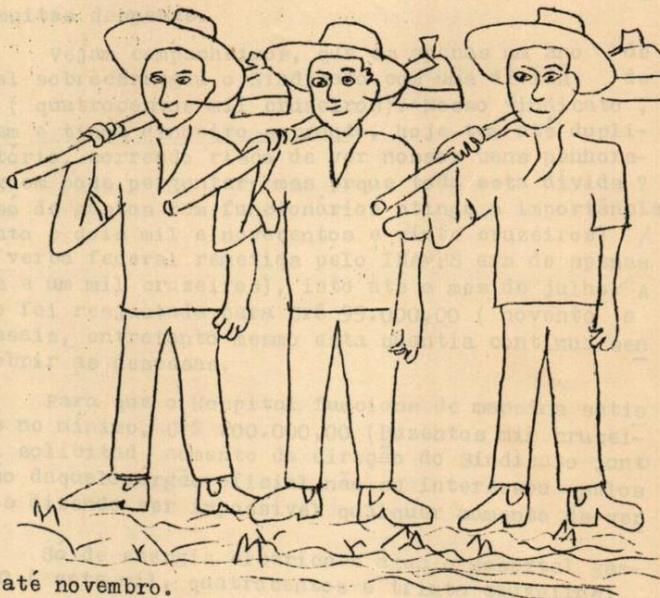


O LIBERTADOR

Setembro 1979 BOLETIM INFORMATIVO SUPLEMENTAR DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITORIAL

prezados
Companheiros:
por razões diversas,
alheias à nossa vontade,
esteve fora de circulação,
por longo tempo,
o nosso boletim periódico...
" O LIBERTADOR ".
Pre tendemos fazê-lo circular
normalmente dentro dos próximos meses,
até novembro.



Entretanto, por uma questão de emergência resolvemos soltar a presente edição extraordinária a fim de que os associados tomem conhecimento da realidade e sobretudo das dificuldades por que passa nossa organização.

Esperamos a valiosa colaboração de cada um no sentido de solucionar o problema de todos. Lembrem-se que o sindicato é a única organização representativa da classe trabalhadora, realmente legítima. Não existe outra e mais ninguém se interessa pelos nossos problemas.

E foi com este objetivo, ciente das responsabilidades assumidas que a nova diretoria, recentemente eleita, vem trazer a público, para conhecimento dos associados, o que está acontecendo dentro da Entidade.

As vezes a verdade dói, mas é mil vezes preferível enfrentar a realidade dos fatos do que iludir uma classe sofrida como a nossa.

A Diretoria.

Arquivo do STR de Itapuranga.

Quanto ao período de 1978 a 1984 (período anterior ao das fotos do acampamento na frente da Superintendência do INAMPS, em Goiânia, em 1986, apresentadas na introdução deste artigo), faremos uma narração a seguir, seguindo o fragmento de documento encontrado nos arquivos do STR de Itapuranga que começa com o subtítulo “5. A luta pela saúde – Histórico Cronológico”³. Segundo a tradição oral, o documento teria sido escrito por Marilene. É possível que se trate de Marilene Aparecida Coelho. Isso é possível por que ela é autora de uma dissertação de mestrado defendida na UFG – Faculdade de Educação em 1997 e intitulada “O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício, 1974-1992”, em que há sinais claros de que ela esteve a manusear documentos de primeira mão, na sede do STR de Itapuranga. Entre estes documentos, consta entre Fontes Historiográficas da dissertação, o título “Associação Popular de Saúde de Itapuranga. Dossiê da Santa Casa do Povo. Itapuranga, 1988.” Pode ser que o “Histórico Cronológico” fosse parte desse Dossiê. Seguiremos esse “Histórico Cronológico” como fonte (de toda informação não referenciada a seguir) e guia, mas inseriremos outras informações encontradas que o corroboram ou enriquecem (as fontes serão explicitadas).

A luta da diretoria de João Benfica consegue abrir as portas do Hospital do FUNRURAL e, em 09 agosto 1978, a diretoria consegue assinar um convênio do STR com o INAMPS para receber verba para a assistência médico-hospitalar aos trabalhadores e seus dependentes, os beneficiários do PRÓ-RURAL. Por esse convênio, o STR receberia verba fixa mensal. Em setembro de 1978, o Hospital abre as suas portas ao atendimento e, desse momento em diante, passa a ser chamado nos documentos e pelos populares como Hospital do STR e não mais Hospital do FUNRURAL. Isso porque a administração do Hospital passa para o encargo jurídico do STR (SILVA, 2001, p. 21).

Antes de avançarmos, uma ressalva precisa ser feita. A assinatura do convênio entre o STR e o INAMPS não era instituída pelo Governo como uma vitória permanente. Isso só pode ser historicamente reconstruído graças a uma estranha notícia do Boletim da Diocese de Goiás de dezembro de 1980, abaixo fotografado.

³ Só foi possível o acesso à parte do documento completo. Sabemos que se trata de uma parte porque o título começa como tópico, o 5º, e a paginação inicial é a de n. 26.

CONQUISTA DO POVO DE ITAPURANGA

Depois de quase um ano de luta, conforme vínhamos noticiando no Boletim, o povo de Itapuranga conseguiu trazer o convênio do INPS para esta cidade.

Mas isso não foi de "mão beijada..." Foi feito um abaixo assinado de 1500 assinaturas, viagens à Brasília, telefonemas, gastos etc... Mas a vitória está aí. Quando o povo luta organizado consegue o que precisa.

Uma cidade do porte de Itapuranga, não poderia ficar sem esse atendimento, que embora falho é o que nosso País oferece ao trabalhador que, por falta de uma boa alimentação, de melhores condições de vida, vive decente.

Recorte do Boletim da Diocese de Goiás, Ano XIII, dez. 1980, n. 110, s/p.

O INAMPS forçava cada STR a assinar novamente o convênio para o envio de verbas ao hospital, anualmente. Isso explica a razão pela qual o início do funcionamento do Hospital, em agosto de 1979, estava novamente em risco no segundo semestre de 1980. Através desse expediente burocrático, as burguesias agrárias e urbanas do Estado conseguiam fazer pressão e manter o controle sobre os STR. Isso permitia administrar em favor das burguesias do Estado, as possuidoras da terra e dos aparelhos privados de saúde, regular com pente fino, cada um dos municípios, conforme a situação política. O STR de Itapuranga, por sua qualidade representativa dos interesses reais dos trabalhadores, enfrentou dificuldades sistemáticas para a renovação do acordo, o que forçou sua diretoria a ficar focada no problema da administração da saúde pública, roubando-lhe forças que podiam ser empregadas em outras frentes de luta popular, sobretudo em relação aos conflitos fundiários, possessórios e dos assalariados rurais.

De qualquer forma, a assinatura do convênio, em 1978, tem para o município de Itapuranga um impacto político inédito, graças a introdução de novos personagens, que terão um significado histórico revolucionário: os médicos trabalhadores. Esses serão agentes sociais completamente diferentes dos médicos pequeno-burgueses que vieram a Itapuranga para explorar financeiramente o serviço de saúde, fundar hospitais e acumular capital.

A reviravolta da situação de saúde comunitária e o impacto político da presença dos médicos trabalhadores já foi bem reconhecida pela historiografia. Marilene A. Coelho (1997, pp. 88-89) associa as ações dos médicos do Hospital do STR de Itapuranga às dos médicos do Hospital São Pio X de Ceres, "ações curativas e preventivas, em

contrapartida desenvolviam práticas socioeducativas, buscando a participação popular nesta área, refletindo criticamente a realidade social, a forma como se instalam as doenças, o Sistema Nacional de Saúde e os direitos dos trabalhadores”. Silva (2001, p. 127), ratificando esse juízo, transcreve o depoimento oral de Dona Maria Perpétuo Gontigo: “Dr. Paulo, dr. Vitor, dr. Orlando e outros que vieram depois, Márcio, Ester, Livia [...] pessoas recém-formadas nas cidades grandes, que também não tinha espaço por causa da repressão política [...] que tinha um certo ideal. Vinha para cá pra poder unir as forças com quem queria...”.

Segundo Silva (2007, p. 97), esses médicos trabalhadores tornaram-se aliados dos trabalhadores rurais em favor da saúde pública. É ainda Silva (2007, p. 97) quem narra uma façanha inusitada desses jovens chegantes inflamados pelo amor da justiça. Foram eles que descobriram e informaram o STR que, na verdade, os hospitais particulares recebiam verbas do Governo Federal para o atendimento público, mas não o realizavam. Embora o STR tenha desencadeado uma luta contra isso junto as autoridades municipais e estaduais (SILVA, 2007, p. 97), não foi possível obter informações sobre os desdobramentos dessa ação.

O nosso leitor, entretanto, irá se espantar o cinismo de que é capaz a pequena-burguesia, quando tomada pela fome de lucros fáceis e rápidos praticados pelo capitalismo desenfreado praticado sob o Regime Militar, o de 1964. Enquanto os hospitais privados de Itapuranga estavam recebendo verbas do Governo Federal para a assistência à saúde pública e não as estavam aplicando para esses fins, o Hospital administrado pelo STR começa a ser sobrecarregado com a função da saúde pública do município, tão logo é aberto. Encontramos, no Boletim O Libertador do STR de Itapuranga (setembro de 1979, p. 3), comemorativo ao primeiro ano de funcionamento do Hospital, a seguinte narrativa: “A prefeitura não cumpre suas obrigações com relação aos indigentes embora tenha uma verba para isso. Esse pessoal carente de recursos é encaminhado para o Hospital ou mesmo para o ambulatório. Este estado de coisas tem gerado muita confusão para a diretoria e o que é pior, vem aumentando a dívida da organização”.

O varal da história...

Esse problema de que o Hospital do STR é quem atendia graciosamente os indigentes da cidade vai se tornar crônico. Nos próximos anos o problema irá reaparecer em outros documentos, mostrando que as assembleias ou a diretoria decidia não atender a população de rua e indigente, mas sempre continuava a prestar o socorro às vítimas, quando batiam às portas do Hospital. A razão pública, nas assembleias sindicais, dizia que não se podia continuar endividando o Hospital do STR, mas a razão prática, diante dos rostos dos casos de emergência, dizia que não se podia negar socorro e esse não era negado. Segundo o documento “Histórico Cronológico”, o STR de Itapuranga, em 18 janeiro 1984, enviou ao Prefeito Municipal uma solicitação de convênio para atender os indigentes da cidade, pois o STR não recebia verba do INAMPS para esse fim e a verba recebida não era suficiente nem mesmo para o atendimento dos trabalhadores rurais. Como fora promessa da campanha eleitoral de 1982 a construção de Hospital Municipal para esse fim, que não foi cumprida, o STR cobrava que fosse, ao menos, celebrado um convênio em que o Hospital do STR recebesse verba para o atendimento de indigentes. Em 09 abril 1984, o STR tenta mobilizar o judiciário da cidade contra a negativa do prefeito, de 18/01/84 para celebrar o convênio para atendimento da mendicância. Não temos documentos que nos permitam saber o resultado dessa peleja jurídica. Sabemos apenas pelos testemunhos orais unânimes na cidade que a Prefeitura jamais proveu financeiramente o atendimento dos sofrendores de rua e que os agentes de saúde do Hospital jamais conseguiram negar esse socorro, perpetuando a luta entre o STR e a Prefeitura, nos próximos anos. Mas essa questão só foi levada adiante para mostrar que a questão dos indigentes se tornou um problema crônico na história do Hospital do STR, escapando cronologicamente ao período visado no presente artigo, e o assunto será deixado para aprofundamento em outra ocasião.

Ainda no Boletim O Libertador de setembro de 1979 (p. 2), ficamos sabendo que, com um ano de funcionamento, a nova diretoria se queixa de já ter acumulado uma dívida de Cr\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Cruzeiros), quando até então o STR nunca tivera dívidas. O STR começa a ser acionado na justiça em função de dívidas. Esse é o ponto de partida de uma história que vai desembocar na situação atual, que é a do leilão

do Hospital e de seu terreno. Mas essa é um período da história que fica para outra abordagem.

A luta para a sobrevivência do Hospital do STR vai ganhar esforços em várias direções. Uma delas, em outubro 1978, o STR celebra com a Organização de Saúde do Estado de Goiás - OSEGO um convênio, encarregando-se do serviço da vacinação de doenças transmissíveis. Mas esse convênio será rompido unilateralmente pelo Secretário de Saúde do Estado, Clodoveu Azevedo, em março de 1981, sempre conforme o “Histórico Cronológico” do STR.

Em 28 março 1980, o STR forma uma comissão de oito pessoas para ir à Superintendência do INAMPS em Goiânia reivindicar aumento de verba. O Hospital estava funcionando com grande dificuldade, pois a verba recebida não cobria a folha de pagamento de pessoal, a água e a luz. A diretoria colocara em andamento campanhas de recolhimento de donativos dos próprios trabalhadores para socorrer o Hospital. Nesse momento, o atendimento chegava a casa de 15 mil trabalhadores e dependentes. É bom lembrar que desde a década de 1970 estava em andamento uma escalada inflacionária corroendo os salários dos trabalhadores, que irá fazer com que as greves de trabalhadores pululem por todo o país, pondo abaixo a proibição de greves do Regime Militar. Mas a alta dos salários dos funcionários do Hospital do STR, dos preços dos materiais médico-odontológicos não era acompanhada pela alta na quota de verbas do INAMPS. A promessa de reajuste feita em 1979 não se tornara realidade. Os trabalhadores não consideravam certo pagar pelo atendimento no Hospital do STR e eles tinham razão. A Assembleia do STR decide pedir donativos espontâneos dos filiados, até a chegada do aumento da verba do INAMPS, mas apenas 20% dos sindicalizados aceitaram cooperar. Superintendência do INAMPS responde à comissão sindical que diz que isso depende da esfera federal e por isso não cumpriu a promessa.

A visita da comissão do STR ao INAMPS teve cobertura do Diário da Manhã de 30 de março, numa matéria bastante completa, onde ficamos sabendo que a comissão conseguiu ser atendida pelo superintendente Dulcído Arantes Bueno revelando informações novas, e historicamente interessantes. Nas contas do STR, os insumos do Hospital haviam tido acréscimo de 600% desde que a nova diretoria abrisse as portas do

Hospital. A parcela mensal que era repassada tinha o valor de Cr\$ 148.500,00 por mês, enquanto seriam necessários Cr\$ 400 mil para manter o Hospital. A matéria também esclarece que o INAMPS havia reconhecido, em correspondência que havia defasagem real e prometia corrigir isso. O endividamento do Hospital estava impossibilitando ao STR honrar o pagamento da previdência social dos servidores do Hospital e, com isso, o STR não conseguia receber do próprio INAMPS o Certificado de Regularidade de Situação – CRS, o que só seria possível se o INAMPS cumprisse o prometido que era a elevação da parcela mensal para a casa de Cr 200.000,0, a partir de 01/07/79 e mais 50% de reajuste em 01/01/80

Em 11 abril de 1981, o Diário da Manhã de Goiânia (p. 11), solta uma matéria intitulada “Trabalhadores rurais pressionam o INAMPS”, que permite vislumbrar a gravidade do contexto estadual e nacional dessa luta que parece isolada e única de Itapuranga. Segundo a matéria, “Mais de 70 presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás estiveram reunidos, ontem, com a direção do INAMPS para reivindicarem subsídios destinados a eles e à Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás - FETAEG, que vêm enfrentando inúmeras dificuldades para continuar prestando assistência médica, odontológica e ambulatorial aos sindicalizados e seus dependentes”. Fica aí bem claro que a estratégia de arrocho do Regime Militar contra as organizações dos trabalhadores rurais era geral. A estrutura dos STR, seus recursos humanos e financeiros haviam sido postos numa armadilha. Empurrados para assumir uma função de Estado, que é a saúde pública, em função das necessidades e urgências gerados pelo abandono, a passagem dos serviços do FUNRURAL prestados através dos STR para a (i)responsabilidade do INAMPS, nesse período, estava não só gerando uma nova situação de abandono, mas estrangulando financeira e politicamente os STR.

Pela matéria, ficamos sabendo que os STR dos municípios de Santa Helena (provavelmente o município da região de Rio Verde - GO) e Peixe (município que pertencia à região Norte de Goiás e, atualmente, pertence ao Estado de Tocantins) estavam em situação análoga àquela de Itapuranga, antes da posse da diretoria presidida por João Benfica. Havia outros Hospitais construídos pelo FUNRURAL que

ainda não haviam sido abertos. O fato de o presidente da FETAEG, Amparo Sesil, aparecer na reportagem como aquele que expõe ao Superintendente do INAMPS, Dulcídio Arantes Bueno, o não funcionamento dos dois hospitais, é indicativo de que a orientação política de Itapuranga era a mesma da FETAEG, em relação à situação. Os sindicatos de diretorias progressistas e os de diretorias conformistas estavam, com a FETAEG, presos na mesma esparrela. A necessidade de atendimento de saúde pública nas bases sindicais impunha a tarefa de aceitar o jogo do Regime Militar, colocar os serviços de saúde em funcionamento pela responsabilidade sindical e levar os sindicatos à falência econômica pela insuficiência dos pagamentos do INAMPS e sucumbir às tarefas políticas mais avançadas dos interesses de classe.

A reportagem do Diário da Manhã detalha ainda o conteúdo do ofício que os presidentes de STR do Estado de Goiás (incluindo o território do atual Estado de Tocantins, que à época não havia sido desmembrado) endereçavam ao presidente nacional do INAMPS e ao Ministro da Saúde, Jair de Oliveira Soares, quando da gestão do General João Batista Figueiredo na Presidência da República, no epígono da fase golpista que antecede a atual. Os trabalhadores pediam pontualidade na entrega dos recursos; reajustes das parcelas segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e sincronizado com as duas datas anuais de reajustes salariais das categorias contratadas (maio e novembro); responsabilidade financeira por parte do Governo pelos atrasos dos repasses do INAMPS e responsabilidade sobre o problema do recolhimento dos encargos previdenciários dos empregados dos STR; responsabilidade do INAMPS pelos direitos trabalhistas dos empregados dos STR contratados para os serviços de saúde; renovação dos convênios vencidos com os sindicatos de Abadiânia, Estrela do Norte, Uruana e Araçu (município que atualmente pertence ao Estado do Tocantins).

Essas informações sobre o estado geral dos STR de Goiás mostram bem que aquela contradição entre ser credor e devedor do INAMPS simultaneamente não era só de Itapuranga, mas fazia parte da cínica arapuca do Regime Militar. Disso, um detalhe nessa reportagem dará uma mostra exemplar. A parte mais significativa das dívidas dos STR goianos era com os encargos e impostos trabalhistas com os agentes de saúde

contratados nos aparelhos sob responsabilidade jurídica dos sindicatos. Com isso, os Governos nas três esferas, federal, estadual e municipal, deixava não apenas de fazer investimentos próprios nos aparelhos de saúde pública, eles deixavam de contratar pessoal, o que é mais uma forma de ataque à população. Empurrando a tarefa aos STR, o Estado desincumbia -se de alavancar não só o serviço de saúde, mas a própria economia, porque não aparelhava o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde do pessoal necessário. Já se comentou acima a importância deste desincumbir-se do Estado (em suas três esferas) em favor do capital privado da área da saúde.

Por fim, uma pérola da reportagem para a análise da conjuntura de época. Como a Superintendência Estadual do INAMPS alegava falta de recursos do Estado para repassar aos trabalhadores rurais, os trabalhadores questionaram: “a Previdência Social, que sempre alegou falta de recursos, emprestará altas somas em dinheiro para a construção da Usina de Itaipu...” (Diário da Manhã, Goiânia, 11 de abril de 1981, p. 11). Não importa aqui a veracidade ou falsidade dessa informação. Importa seu conteúdo político. Os trabalhadores estavam dizendo que o Estado tinha recursos para a construção de algo que a imprensa da época noticiava como uma das maiores obras de energia elétrica do mundo, empreitada pelo Regime Militar brasileiro contra um pano de fundo de completo abandono da saúde pública da população rural de um país essencialmente agrícola. Sabe-se que a construção da Usina de Itaipu aumentou dependência do Brasil ao capital financeiro internacional, dívidas pagas com o sacrifício da população, como o que o presente artigo narra. No momento em que escrevemos este texto, o Estado brasileiro sob pressão do imperialismo acaba de privatizar a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, o que inclui a Usina de Itaipu, entregando-a ao mercado financeiro internacional.

Antes de avançarmos um passo no tempo, um pequeno recuo vai ajudar a compreender melhor a relevância do município de Itapuranga nesse contexto de luta que unificou mais de 70 STR para a audiência com a Superintendência do INAMPS, pela mediação da FETAEG. Pelo que vimos acima, em 28 de março de 1980, o STR de Itapuranga forma uma comissão de 8 trabalhadores para levar reivindicações à

Superintendência do INAMPS em Goiânia. Em 11 de abril de 1981, uma comissão de mais de 70 STR do Estado de Goiás realiza a mesma atividade, com uma pauta de reivindicações idênticas à de Itapuranga de um ano antes. Em 1981 aparece uma personagem ausente em 1980, a FETAEG. As datas dizem algo por si mesmas: Itapuranga estava puxando o processo de luta e estava conduzindo os outros STR do Estado e a FETAEG a agir.

Essa situação agravou-se porque o Governo Federal manteve a sua política. Através de uma matéria no jornal “O Popular” de Goiânia, em 16 e junho 1982 (o recorte de que dispomos não nos permite saber a página da reportagem), ficamos sabendo que uma mobilização dos STR de Itapuranga, Edeia e Morrinhos força uma atitude da FETAEG, que marca audiência para os três sindicatos junto a Superintendência Regional do INAMPS. Essa visita em comitiva leva O Popular a revelar que que o “INAMPS deve 14 milhões a sindicatos” (título da matéria). Mas a reportagem detalha que esta é a dívida com apenas 35 dos STR do Estado de Goiás. Tomando Goiás por média da dívida para com os Estados e multiplicando este valor pelos 25 Estados daquela época chegase a um valor aproximado de 350 milhões de Reais. Além disso, as verbas continuam a chegar atrasadas e sem reajustes adequados. A essa altura e passado um ano desde a ida dos mais de 70 STR à Superintendência Regional do INAMPS, metade deles está completamente chafurdado numa dívida impagável, o que significa praticamente a destruição efetiva de metade da malha sindical rural do Estado.

Mas a reportagem dá pistas para outra análise sobre o âmbito nacional. “... a FETAEG anunciou que reunirá representantes de 10 sindicatos da área, em primeiro de julho próximo, para estudar e definir uma posição sobre o assunto. Em seguida, pretende marcar audiência com a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, quando solicitará ajuda e proporá um movimento nacional para solucionar a questão da Previdência Social concedida atualmente ao trabalhador rural” (O POPULAR, Goiânia, 16/06/82). Uma notícia nada elogiosa para a CONTAG como organização de suposta vanguarda de luta dos trabalhadores rurais. Aliás, dos 70 STR de 1981 para a atual pretensão da FETAEG

de reunir 10 STR em 1982 é igualmente bem pouco indicativa de alto nível de luta sindical.

Pelo que estamos relatando, fica sinalizada a prevalência do STR de Itapuranga nessa luta dos trabalhadores rurais e que, através dela, a pressão sendo enviada à própria CONTAG.

Nesse transcurso de 1981 a 1982, a situação do Hospital do STR de Itapuranga teve um agravante único. Em 7 de outubro de 1981, um vendaval derrubou o telhado do Hospital. Conforme o documento “Histórico Cronológico”, o STR estava recebendo uma verba mensal de CR\$ 600.000,00. Ora, em 14 de outubro, o arquiteto do INAMPS compareceu em Itapuranga para ver o estrago e calculou a reforma necessária em CR\$ 7.440.000,00, o que significava mais de 12 parcelas mensais para refazer o telhado. Essa ajuda do Governo Federal nunca chegou, apesar de uma lista de lutas empreendidas pelo STR que nem é possível discriminar.

O destelhamento do Hospital do STR ensejou uma matéria no Diário da Manhã de Goiânia (outubro; dia e p. exatos desconhecidos), alguns dias após o incidente com o título: “Em Itapuranga, o prejuízo maior é dos lavradores”. Essa reportagem é interessante por oferecer a situação real do Hospital no momento do acidente. Eram realizados 900 atendimentos de emergência e 200 internações por mês. O acidente tornou o Hospital completamente inoperante porque atingiu as enfermarias e as salas de cirurgia. O desabamento do teto provocou rachaduras, vazamentos de água. Os 30 pacientes internados no momento do acidente tiveram que ser removidos para dois hospitais particulares da cidade. Não foi possível encontrar material de arquivo que relatasse dificuldades dos hospitais particulares para o recebimento do valor junto ao INAMPS. Soube-se apenas que o Instituto pagou por esse atendimento emergencial.

A matéria noticia novamente o problema do descompasso entre o valor repassado pelo INAMPS mensalmente e as despesas do STR com o Hospital, além de dar uma notícia ainda não aparecida em outras fontes. Os remédios têm de ser adquiridos privadamente pelos pacientes porque o Hospital não dispõe de verba para a medicação. Essa informação é dada pelo Dr. Vitor Machado, médico trabalhador, empregado do STR, que relata trabalho intenso nos últimos dias para casos de urgência que continuam

a chegar ao hospital, porque a população rural não tem outra referência de para onde ir, além do seu sindicato. O cálculo dos preços da reforma, Cr\$ 3 milhões, são bem mais modestos que os do arquiteto do INAMPS.

O Dr. Orlando Jesus Tomazini, outro médico trabalhador, funcionário do STR, informou que na hora do acidente a energia elétrica caiu e o escuridão dentro do hospital gerou pânico e houve paciente que fugiu para a rua. Havia 30 pessoas entre familiares e funcionários dentro do Hospital, na hora do acidente. Um gerador elétrico do hospital salvou dois bebês prematuros da morte por terem funcionado eficientemente na hora do desastre. Também foram salvos os dois bebês de partos cesarianos que acabavam de ser realizados pouco antes do acidente.

Segue, então, um subtítulo na matéria, que é da maior importância para a preservação histórica da luta do STR: “Hospital, um grande alcance social”. A matéria diz: “O Hospital dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga presta assistência a cerca de 5 mil famílias de agricultores que dependem diretamente do estabelecimento para questões de saúde” (Diário da Manhã, Goiânia, s/d, outubro de 1981, s/p.). O total populacional da base de atendidos é de aproximadamente 25 mil pessoas, com quantitativo muito representativo de crianças. Desde a abertura do Hospital, com a gestão de João Benfica, o livro de entrada registra 6.289 internações; 884 partos; 115 cirurgias e 15 mil casos no atendimento de pronto-socorro de urgências.

Fica a historiografia da cidade por estabelecer ainda a razão pela qual o Dr. Vitor Machado, médico trabalhador e funcionário do STR, declarou à reportagem que os últimos cinco meses aumentaram “assustadoramente” o número de atendimentos de emergência. Uma pergunta a esse propósito, ainda sujeita à investigação, e que pode estar vinculada a isso, é: qual o atendimento do Hospital para os trabalhadores bóias-frias da cana-de-açúcar? Sabe-se do grande incremento nacional da produção de álcool nesse período, não obtivemos dados sobre isso, até o presente momento.

A matéria informa ainda que o aparelho de Raio X estava desativado há três meses por falta de financiamento do INAMPS para o conserto da máquina, ficando o problema para ser resolvido junto a Federação dos Trabalhadores da Agricultura –

FAPEG, o que revela que também essa entidade havia sido atada ao esquema de aprisionamento dos STR com a função da saúde pública, que é incumbência do Estado e não do sindicalismo.

A mesma matéria revela algo sobre o Hospital, então, que resta por averiguar: “é o hospital que tem o maior índice de atendimentos médicos no Estado com recursos da Previdência Social”.

O final da matéria é um testemunho ao heroísmo dos trabalhadores médicos do sindicato. Com o acidente, houve uma assembleia extraordinária do STR na frente do Hospital porque a população precisava de uma decisão sobre o que fazer. A solução aprovada pela assembleia foi aquela sugerida pelos médicos do hospital: os consultórios, por não terem sido destelhados, passariam a servir de quartos de internamentos emergenciais que passariam a ser os únicos atendidos no Hospital. Os casos menos graves passariam a ser assistidos nas casas das famílias através de um sistema de visitas médicas domiciliares que seria organizado pela equipe de saúde.

A história do destelhamento teve o seguinte desfecho. Sem a ajuda do Governo, com uma resposta negativa definitiva da parte do Ministério da saúde, em 18 de dezembro 1981, os trabalhadores empreenderão uma das façanhas do movimento sindical e associativo da história de Goiás. Em regime de mutirão e com recursos exclusivos dos trabalhadores reunidos em seu Sindicato, eles reconstroem o telhado do Hospital e o colocam para funcionar novamente. No momento em que essa façanha é possível calcular que o STR de Itapuranga estava tendo uma defasagem mensal entre a despesa com o Hospital e a verba do INAMPS da ordem de Cr\$ 682.000,00. Essa conta foi feita considerando quem, na reportagem de O Popular de 16 de junho, há um relato de que a soma de um ano de parcelas do INAMPS ao STR de Itapuranga rendeu Cr\$ 1.118.000,00, enquanto a despesa mensal estava em torno de Cr\$ 1.800.000,00.

A foto a seguir é de 1989, mas dá uma ideia do resultado do mutirão, considerando que o prédio do Hospital ainda é o mesmo.



Foto do arquivo da Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI), março de 1989, s/autor, obtida por COSTA, 2017, p. 20; arquivo da APSI atualmente indisponível para a comunidade.

**A TÍTULO DE CONCLUSÃO:
SOBRE A LUTA PELA SAÚDE COMUNITÁRIA
EM FACE DA POLÍTICA DO DEIXAR MORRER DO ESTADO**

Em trabalhos de recuperação histórica das lutas populares pela saúde durante o período do Regime Militar aparece alguma notícia sobre Goiás, mas quase sempre sob a perspectiva do conhecimento que se tinha da Diocese de Goiás, como vemos, por exemplo, na síntese empreendida por Estrella Bohadana (1982, p. 110), “Experiências de participação popular nas ações de saúde”, que detalha duas importantes experiências de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro, mas onde as outras lutas populares são apenas citadas, permanecendo pouco conhecidas em âmbito nacional.

Pelo que aprendemos com o trabalho de síntese panorâmica de Bohadana (1982) e com a “Entrevista com Antônio Ivo de Carvalho” (MOREIRA et. al, 2016), o que se processou pelo viés sindical rural em Itapuranga representou uma modalidade própria

de movimento pela saúde, e isso ainda parece precisar ganhar mais atenção da historiografia que pretende ligar-se ao impulsionamento da luta popular.

O aspecto da luta sindical ligado à participação da Igreja Católica, através da Diocese de Goiás, já foi objeto dos trabalhos de Silva (2001; 2007), e tornou-se nacionalmente conhecido através do livro Pesquisa Participante, organizado por Carlos Rodrigues Brandão (1981), onde porém muito pouco aparece sobre a luta pela saúde e essa luta pelo viés sindical de Itapuranga. Mais recentemente, Ismar da S. Costa (2008; 2012) vem se ocupando com o tema, mas mais de uma perspectiva e sobre um foco de narrativa que é o da religião, o da Diocese de Goiás.

Mesmo a quem estava escrevendo sobre o movimento popular de saúde em Goiás, no período mesmo em que essas lutas estavam sendo travadas sob o Regime Militar, como Neilton Araújo de Oliveira (1983), parece não ter percebido a relevância do impacto político da luta do STR de Itapuranga no plano Estadual, algo que procuramos destacar no presente artigo. Isso talvez seja assim porque a própria esparrela que os Hospitais do FUNRURAL constituíram para o movimento sindical rural, ao menos quanto ao Estado de Goiás, ainda esteja por ser melhor estudada.

O trabalho mais denso sobre o assunto, o de Valtuir M. da Silva (2001), como também aquele que aparece em segundo lugar, em termos de volume e profundidade da abordagem do presente tema, o de Marilene A. Coelho (1997), embora ambos disponíveis em internet, nunca foram publicados.

Certamente, o movimento dos trabalhadores de Itapuranga, os do campo e os da cidade, pelo que narramos acima, foi um movimento de salvação da vida conta a potência de abandono à morte e de fazer morrer do Estado como instrumento do capitalismo, nessa nova modalidade política que se instalou desde meados do século XVII, na Europa: o Estado guiado pela disciplina médica da população. Esse Estado se proclama salvador da vida, mas é um poder de morte (SUGIZAKI, 2020) para nós os que somos da periferia do capitalismo, os trabalhadores rurais migrantes, os posseiros, os arrendatários, os assalariados rurais, os trabalhadores e trabalhadoras despossuídos do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOHADANA, Estrella. Experiências de participação popular nas ações de saúde. In: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- IBASE. **Saúde e trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes: 1982, pp. 107-128.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COELHO, Marilene Aparecida. O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício, 1974-1992. Goiânia: UFG, 1997 (Dissertação de Mestrado em Educação).

COSTA, Bruna dos Santos. **Movimento popular de saúde em Itapuranga: os trabalhadores e suas marchas no período de 1980 a 1990**. Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás. Campus Itapuranga, 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso).

COSTA, Ismar da Silva. Experiências e lutas de memória em Itapuranga-GO. **Anais. I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História - UFG/UCG**. 15 a 17 de setembro de 2008, Goiânia, Goiás.

COSTA, Ismar da Silva. **Guerra simbólica na fronteira [manuscrito]: religião e política em Itapuranga - GO -1950/2000**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012. (Tese de doutoramento).

MOREIRA, Marcelo Rasga; RIBEIRO, José Mendes; CARVALHO, Antônio Ivo de. Entrevista com Antônio Ivo de Carvalho. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, pp. 227-234, dez. 2016.

OLIVEIRA, Neilton Araújo de. Prática alternativa de saúde. Considerações sobre o trabalho de Porto Nacional e o Movimento Popular de Saúde.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora UFG, 1999.

SILVA, Valtuir Moreira da. **Trabalhadores rurais de Itapuranga: experiências da resistência e organização – 1970-1980**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001. Dissertação (Mestrado em História).

SILVA, Valtuir Moreira da. **Trabalhadores Rurais em Itapuranga: (re)Invenção no cotidiano de suas experiências de luta – 1956-1990**. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2007. (Tese de doutoramento).

SUGIZAKI, Eduardo. A contra-história: historicismo e sujeito de interesse como alternativa à soberania política em Foucault. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos, v.4, pp. 11-38, 2013.

SUGIZAKI, Eduardo. Do nascimento da saúde pública à saúde coletiva: reativar a contra-história. **Revista História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 21, pp. 79-99, 2020.

SUGIZAKI, Eduardo; ARAÚJO, Ademar Santos de. Do Acre à Goiânia: o tratamento fora de domicílio e a regionalização da saúde. In: MAGALHÃES, S. M. de et al. (Org.). **História da saúde e das doenças: escritas contemporâneas**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022, pp. 140-163.



Artista: Rondinelli Linhares

Da série *Porque há o direito ao grito. Então eu grito.* 2020/2022.
Marcador e nanquim sobre papel. 20x20 cm